CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0463/80

INTERESSADO: ALÉSSIO MERCÚRIO

ASSUNTO : Aproveitamento de estudos

RELATOR : Consº José Augusto Dias

PARECER CEE Nº 509/80 - CEEG - APROVADO EM 02/4/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Aléssio Mercúrio requereu, em 15/1/80, ao Sr. Secretário da Educação, autorização para matricular-se, por transferência, na 2ª série do 2º grau, habilitação em Agropecuária, da EESG "Benedito Storari", de Jundiaí, apresentando o seguinte histórico escolar:

1. Em 1978, cursou o 1º Ano Técnico de Agropecuária da EESG "Dr. José Coury", de Rio das Pedras, sendo retido em Matemática.

2. Em 1979, cursou a 1ª série do 2º grau na EESG "Prof. Alberto Levy", da Capital, obtendo aprovação.

Apreciando o pedido, o Sr. Coordenador de Ensino do Interior apresentou o seguinte ponto de vista:

"Esta Coordenadoria informa que a solicitação do interessado não encontra amparo legal, tendo em vista a exigência do cumprimento do currículo da Habilitação de Agropecuária. Nesta Habilitação a carga horária semanal é de 44 aulas, portanto, período integral. No caso em apreço, ainda que se considerasse a dispensa de Educação Geral já cumprida pelo aluno na 1ª série da EESG "Alberto Levy", restaria a ele a frequência às 18 horas de Formação Especial da 1ª série, sendo 8 horas de aulas teóricas e 10 de aulas práticas, além das 44 horas semanais da 2ª série.

Isto posto, não encontramos viabilidade de atendimento ao pleiteado, pela impossibilidade de exigir do candidato o cumprimento total da carga horária acima referida.

Contudo, dada a peculiaridade da situação e considerando, sobretudo, o fato de que o aluno foi aprovado nas disciplinas de Formação Especial cursadas na 1ª série, em 1978, e que seriam objeto de processo de adap-

"tação no corrente ano, sugerimos o encaminhamento do expediente ao Conselho Estadual de Educação para que a questão possa ser analisada do ponto de vista de "aproveitamento de estudos" para fins de dispensa de exigência relativa ao cumprimento dos componentes da 1ª série."

Diante disto, o processo foi encaminhado a este Conselho.

2. APRECIÇÃO:

Na vigência das chamadas leis orgânicas do ensino, o regime seriado seguia normas rígidas e inflexíveis. As séries eram estruturadas de maneira uniforme para todo o país e, no caso de transferência, o estudante encontrava na escola de destino o mesmo currículo que "vinha cursando na escola de origem. As eventuais dificuldades de adaptação corriam por conta de fatores tais como mudança de ambiente ou diferença de orientação didática dos professores, mas não pela diferença curricular. Nessa época, as séries constituíam, blocos solidários de estudos, de tal forma que o aluno promovido em uma série passava automaticamente para a seguinte e o aluno reprovado em qualquer uma das matérias era forçado a repetir a série completa,

A flexibilidade curricular introduzida pela Lei nº 4024/61 e ampliada pela Lei nº 5692/71 deu origem a situações novas, em que se tornou praticamente impossível manter a rigidez anterior do regime seriado. A própria Lei nº 5692/71 prevê algumas "brechas" na estrutura, tais como a matrícula com dependência (art. 15), a matrícula por disciplina no 2º grau (par. único do art. 22), a organização de classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de aproveitamento para ensino de determinadas disciplinas (§ 2º do art. 82).

A ocorrência de alguns fatos novos levou à adoção, pelos Conselhos de Educação, de medidas que também contribuíram para mudança da orientação anterior.

Como interpretar o art. 13 que estabelece que "a transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo núcleo comum fixado em âmbito nacional". Com base neste artigo, começaram a ser autorizadas matrículas na série subsequente de aluno transferido com reprovação na série anterior em disciplina não integrante do núcleo comum. Igualmente começaram a ser autorizadas matrículas na série subsequente de aluno reprovado em disciplina não constante do currículo da escola de destino.

Na medida em que o regime seriado já não apresenta a mesma base firme para decisões, torna-se necessário recorrer a outros princípios orientadores. No que se refere ao ensino de 2º grau, exis-

te uma orientação firmada para casos de transferência, pelo Parecer CEE nº 3323/74, que nos parece útil no momento:

"1º - Para fazer jus ao certificado de conclusão de um curso ou de uma habilitação, o aluno precisa ter atendido a todas as exigências previstas no regimento para esse curso ou essa habilitação.

2º - Em caso de transferência, o aluno receberá créditos pelos estudos feitos na escola de origem, mas não fica isento de cumprir integralmente o regimento do curso ou da habilitação para que se transfere.

3º - Em caso de transferência, a escola que receber o aluno decidirá sobre sua situação no novo curso ou habilitação, verificando quais as matérias não estudadas-nas séries anteriores àquela em que o aluno vai ser matriculado. Após esta verificação, decidirá:

a) de quais matérias de seu currículo o aluno poderá ser dispensado de adaptação, porque:

1 - já estudadas no respectivo nível:

2 - podem ser substituídas por outras já estudadas e de igual valor formativo (Lei nº 5692/71, artigo 12).

b) quais as matérias de que ele não poderá ser dispensado e que exigem adaptação."

A escola que recebe o aluno por transferência deve confrontar currículos e programas e verificar se de fato o interessado tem possibilidade de matrícula em determinada série. Fazendo este confronto, a escola terá em mira responder à seguinte pergunta: A matrícula na série em questão dará ao aluno oportunidade de chegar ao final do curso com cumprimento integral de todas as atividades programadas para a habilitação. A matrícula na série somente é admissível se a resposta à pergunta for positiva.

No caso em tela, informa o Sr. Coordenador de Ensino do Interior haver "impossibilidade de exigir do candidato o cumprimento total da carga horária", na hipótese de efetivação da matrícula na 2º série. Estaríamos, assim, diante de situação absurda do ponto de vista do regime seriado: aluno regularmente promovido na 1ª série não pode ser aceito na 2ª. Ocorre que estamos na vigência da Lei nº 5692/71, que prevê habilitação profissional no ensino de 2º grau, com exigência de cumprimento integral da carga horária das matérias profissionalizantes. Como essas matérias podem ser inteiramente diferentes de uma habilitação para outra, nem sempre a passagem

para a série subsequente é possível, quando existe mudança de habilitação.

No caso presente, afigura-se-nos como um excesso exigir do estudante que curse de novo a mesma 1ª série em que já estudou duas vezes. E verdade que na, primeira vez, foi reprovado, mas não nas disciplinas profissionalizantes. Isto posto, inclinamo-nos, ainda que em caráter de excepcionalidade, pelo rompimento mais uma vez da rigidez do regime seriado, permitindo o aproveitamento das matérias profissionalizantes estudadas com êxito pelo interessado em 1978, mesmo que reprovado na série, por falta de aproveitamento em Matemática, disciplina em que foi promovido no ano seguinte.

II - C O N C L U S ã O

A vista do exposto, autoriza-se, em caráter excepcional, a EESG "Benedito Storari", de Jundiaí, a aceitar a matrícula de Aléssio Mercúrio, na 2ª série do 2º grau, com aproveitamento das matérias profissionalizantes estudadas em 1978 na EESG "Dr. José Coury", de Rio das Pedras, uma vez que foi aprovado na 1ª série do 2º grau da EESG "Prof. Alberto Levy", da Capital.

a) José Augusto Dias
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da CESG, em 02 de abril de 1980

a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de abril de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente